

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E AFUNDAMENTOS ACRÍTICOS DA
LITERATURA NO SILÊNCIO

Celestino Sachet

Professor de Literatura Brasileira, UFSC

“Um sistema deve ser considerado como científico somente se formula asserções que podem entrar em contradição com observações.”

Karl Popper¹

“O pensamento experimental não deseja persuadir mas inspirar; inspirar um outro pensamento, pôr em movimento o pensar.”

Milan Kundera.²

“A falar me ensinaste, em verdade,/ Minha vantagem nisso, é ter ficado/ sabendo como amaldiçoar. Que a peste / vermelha vos carregue, por me terdes / ensinado a falar vossa linguagem.”

Calibã³

No decorrer do primeiro semestre letivo de 1994, doze alunos do Curso de Pós-Graduação em Letras - Literatura Brasileira e Teoria Literária desta Universidade Federal de Santa Catarina integraram a disciplina “O tempo e o texto na literatura regional”. Dentre eles, cinco estavam marcados pelo desafio da elaboração de uma pesquisa, e respectiva dissertação, sobre uma “literatura do silêncio”, que tal é o estado atual, para a crítica brasileira, da Literatura Catarinense.

O caminho pelos “mata-burros”⁴ de uma produção estética, amaldiçoada pelo silêncio e pela aversão à regionalidade, foi sustentado com demoradas “estações”, girando em torno de quatro pontos cardeais:

- a deseuropeidade do filosófico cultural no contexto da Modernidade Latinoamericana;
- a provisoriidade do discurso crítico sobre o labor estético;
- a fragmentabilidade do espaço da Nação;
- a contracrítica da Literatura do Silêncio.

Como ponto-de-chegada, para os alunos orientandos, a disciplina definiu a montagem do respectivo projeto de dissertação e, para os demais,

a construção de um ensaio-síntese, com aspectos feridos ao longo dos trabalhos e transferidos, agora, para um discurso neocrítico, com ênfase na descronicidade da estrutura habitual interpostas à liturgia universitária nos cursos de pós-graduação.

As reflexões a seguir exemplificam a filosofia e a prática dos caminhos sofridos pelo orientador da disciplina e por um dos integrados na atividade de pesquisar os multissilêncios a que se encontra submetida a produção literária marcada pelo estigma de não importa qual descentramento.

A DESEUROPEIDADE DO FILOSÓFICO-CULTURAL NO CONTEXTO DA MODERNIDADE LATINOAMERICANA.

Seguindo a clareira aberta por alguns pensadores contemporâneos, com nítidas inclinações deseuropeizantes, - Rodó, 1900⁶; Mammoni, 1950⁷; Laming, 1962⁸; Wain, 1967⁹, Césaire, 1969¹⁰; Retamar, 1979¹¹; - , o aquecimento inicial para um outro modo de pensar, fundamental à instalação de uma consciência e à proclamação de uma identidade liberta do etnofagismo histórico ao qual sempre esteve submetida a América Latina, centrou-se em uma leitura-decodificação, não-européia, tanto quanto possível, da peça *A tempestade*, de William Shakespeare.

Escrita em 1611-16¹², a ação do texto situa em uma ilha, fora da Europa, uma convivência forçada entre Próspero, um nobre italiano a ela desterrado, e dois nativos, Ariel e Calibã.

Para começar, os nomes dos três personagens identificam-lhes essência e existência. Próspero, “o legítimo duque de Milão” agora desterrado para fora de seus domínios, é o óbvio espírito de dominação escravocrata, mercantilista e feudal; Ariel, ser espiritual, “espírito do ar”, palavra de origem grega significando “altar”, foi empregada por Isaías para designar Jerusalém - “Ah, Ariel, Ariel, a cidade em que David acampou” (29, 1). Na Cabala, Ariel designa os anjos maléficos; Calibã, “escravo selvagem e disforme”, anagrama de “canibal”, por sua vez, encontra raízes na palavra “caribe”, nativos da América Central, cultivadores da antropofagia.

O relacionamento entre o senhor europeu e seus dois servos-escravos, ainda que em permanentes atritos, passa pela convivência amistosa com Ariel e pela constante agressão com o outro. Senhor da vida e da morte, Próspero dispõe da vontade de ambos e não esconde permanentes ameaças saídas de um poder-de-execução inerente à europeidade que lhe define valores e normas de execução. Quando Ariel lhe pede a liberdade prometida, responde-lhe: “Antes do tempo certo?

Nunca”. E Calibã não pasca de um “escravo veneroso, pelo próprio diabo gerado” em sua mãe maldita, nítida contraposição à maternidade da Virgem.

“Espírito do ar”, criado de Siorax, bruxa “megeira de olhos azuis”, Ariel-Apolo recusa-se a cumprir as ordens da ama, “por demais terrenas e repugnantes”. Encerrado como castigo permanente, na fenda de um pinheiro até ser liberto pelo novo amo, Próspero-Júpiter, Ariel considera-se escravo, serve-o fielmente e com o retorno do velho duque para o seu castelo de Milão, volta ao estado primitivo de “espírito do ar”, de ser espiritual. Mais anjo do que criatura humana, o serviço prestado à Europa, devolve-lhe a identidade espiritual que havia perdido: torna-se Europa para retornar ao estado de antes da Queda. É o espírito que não mais se rebela com medo da força transformadora do novo Zeus desembarcado na ilha.

Calibã, filho de Siorax, serve a Próspero em permanente estado de rebeldia-Dionísio. “Esta ilha é minha; herdei-a de minha mãe. Roubaste-ma” diz-lhe no primeiro encontro descrito pela peça. Decidido a desonrar a filha do invasor para povoar de calibãs a ilha, agora europeizada, agradece ao amo o ter-lhe ensinado a falar e, com isto, poder amaldiçoá-lo no próprio código-alienígena.

Os dois personagens insulenhos, e anti-europeus a seu modo, vêm sendo apontados como valores-tipo para a deseuropeização dos povos da América Latina e da África.

O uruguaio José Enrique Rodó - 1872/1917 - é o primeiro latino-americano conhecido a transformar a peça de Shakespeare em largo motivo de reflexões para a proclamação de uma identidade continental, liberta, mais da hegemonia econômica norte-americana e menos da etnolatria cultural europeia. O modelo, para a nossa América, centra-se em Ariel, tema de um ensaio, com o mesmo nome, publicado em 1900, no qual, tomando como padrão o “espírito do ar”, defende os ideais de todo o Continente.

Ariel triunfante significa idealidade e ordem na vida, nobre inspiração no pensamento, desinteresse na moral, bom gosto na arte, heroísmo na ação, delicadeza nos costumes. Ele é o herói epônimo na epopéia da espécie. (...)

Sua força incomparável tem como impulso todo o movimento ascendente da vida. Mil e uma vezes derrotado pela indomável rebelião de Calibã proscrito pela barbárie vitoriosa, asfixiado no fumo das batalhas, maculadas as asas transparentes ao roçar a “eterna esterqueira de Jó”, Ariel ressurgiu imortal, Ariel recupera sua juventude e beleza, e ocorre ágil, como é ordem de Próspero,

ao chamado de todos os que o amam e o invocam na realidade.(1991:106-107)

Ariel é a América Latina; Calibã, os Estados Unidos! (1979: 24-25).

Dois anos antes da morte de Gramsci e precedendo mais de duas décadas ao *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*, com seus “intelectuais orgânicos” a exercerem “funções conectivas” para assegurar o controle social do Poder sobre o Nada-Ter, em 1935, o argentino Aníbal Ponce abre uma torrente de novas leituras para *A tempestade* sobre as relações Europa não-Europa: Próspero é o tirano ilustrado que o Renascimento ama; Ariel, o intelectual, fora-da-Europa, a serviço da etnia e da cultura dos descobridores da América; Calibã, o colonizado, cultural e intelectualmente sofrido, a servir-se dos valores aprendidos e apreendidos, para explodir a própria identidade e aniquilar a etnia invasora.

A emergência política dos países coloniais da África, terminada a Segunda Guerra Mundial, transforma o “escravo selvagem e disforme” de Shakespeare no mito da Identidade Revolucionária para a conquista da identidade cultural e estética das (ainda) colônias européias tendo como pano de fundo uma afirmação de Sartre:

Essa Europa que esperava encontrar um pouco de sua grandeza nos olhos domésticos dos africanos, veio a verificar que já não há olhos domésticos: há-os selvagens e livres que julgam a nossa terra.(1979:12)

Está entrando no vocabulário de algumas dezenas de povos o orgulho da “negritude” baseada no gesto de Calibã que se nega a encerrar-se dentro do universo vocabular que lhe foi transferido pelo senhor europeu. Os olhos domésticos dos africanos se deseuropeízam nas palavras “selvagens”, que lhes saem dos lábios para amaldiçoar o usurpador.

Da África, Calibã salta para as Antilhas e, com toda a energia, se apossa de Cuba!

A terminar esa década de los sesenta, en 1969, y de manera harto significativa, Calibán será asumido con orgullo como nuestro símbolo por tres escritores antillanos, cada uno de los cuales se expresa en una de las grandes lenguas coloniales del Caribe.(1979:31)

Trata-se do martiniquenho Aimé Césaire, com a peça de teatro *Uma Tempestade*, adaptação do texto de Shakespeare para o teatro negro, com Ariel-mulato, Calibã-negro e com Eshú, deus-diabo da mesma cor de

Calibã; Edward Bratwaite, de Barbados, no livro de poemas *Ilhas*, inclui uma composição dedicada a Calibã; finalmente, Roberto Fernández Retamar, nesse mesmo ano de 1969, inicia uma série de reflexões que culminará com a publicação do longo ensaio “Calibán” (1979:10-102).

Nuestro símbolo no es pues Ariel, como pensó Rodó, sino Caliban. Esto es algo que vemos con particular nitidez los mestizos que habitamos estas mismas islas donde vivió Calibán: Próspero invadió las islas, mató a nuestros antepasados, esclavizó a Calibán y le enseñó su idioma para poder entenderse con él: ¿qué otra cosa puede hacer Calibán sino utilizar ese mismo idioma - hoy no tiene otro - para maldecirlo, para desear que caiga sobre él la “roja plaga”? No conozco otra metáfora más acertada de nuestra acción cultural, de nuestra realidad.(1979:32)

Quando Próspero transmite e ensina a Calibã a magia da linguagem, claro está que não lhe ensina a arte de maldizer. O escravo vai além do projeto; o aluno supera o mestre; o crítico ultrapassa os silêncios do texto para proclamar a força da Literatura do Silêncio Quebrado, numa evidente demonstração de que o progresso científico-lingüístico-estético explica-se

não pelo acúmulo de observações, mas pela substituição de teorias menos satisfatórias por teorias melhores, isto é, que nos dizem sempre mais.(1979:1)

A deseuropeidade do filosófico-cultural, na ótica dos povos pigmeus não-Europa, está enredada na substituição do espírito-Ariel, a Sabedoria Liberta, mas presa à cultura-de-fora, pela criatura-Calibã, natureza e cultura livres, porque em permanente estado de criação do próprio conhecimento redentor.

A PROVISORIEDADE DO DISCURSO CRÍTICO SOBRE O LABOR ESTÉTICO.

Na peça de Shakespeare, Ariel e Calibã vivem uma permanente provisoriedade com uma radical diferença entre os “trânsitos” de um e de outro.

O “depois” de Ariel é o mesmo do “antes” - afinal, trata-se de um ser espiritual, de um anjo da Natureza, não submetido a mudanças de estado ao longo dos passos de sua vida pela ilha: o “espírito muito delicado” passa

de criado de Sicorax para prisioneiro da bruxa e escravo de Próspero, mas retorna ao estado inicial retomando todas as qualidades de “espírito do ar”; o “depois” de Calibã supera o “antes”: o monstrengo disforme torna-se escravo do europeu mas, rebelde-liberto, instaura um novo tempo e uma nova cultura para a Ilha. Em outros termos, Ariel é o herdeiro do homem do Renascimento que, podendo construir um Outro - poder e inteligência não lhe faltam - recusa-se a amaldiçoar o mundo do invasor; Calibã é o homem da modernidade baudelairiana que amaldiçoa o Passado e a Permanência dentro dos mesmos princípios do conhecimento aprendido. E apreendido, porque ensinado pelo usurpador; Calibã é o cientista filósofo que transporta uma experiência pessoal para uma nova prática, a negar o já-aprendido.

Para o filósofo francês Giles-Gaston Granger¹³, devemos complementar o conhecimento científico - aquele que “almeja uma representação abstrata apta a ser manejada ou capaz de fazer previsões” - devemos completar a representação do saber científico pelo conhecimento filosófico - aquele que pretende fornecer uma “visão de conjunto do significado de nossa experiência pelo uso de conceitos”; segundo Georges Bataille, ainda, “uma filosofia jamais é uma casa, mas um canteiro de obras”¹⁴.

Platão, ao definir o conhecer como o ato de “tornar o pensante idêntico ao pensado”¹⁵, jamais admitiria o formal desmentido de Calibã: “conhecer é tornar o pensante superior ao pensado”.

O Conhecimento-Essência, aspiração clássica e medieval do gênero humano aos universais da “res”; o Conhecimento-Existência, aspiração romântico-realista da criatura humana aos individuais do “homo”; o Conhecimento-Estância do aqui-agora, aspiração pós-moderna do Eu Fragmentado, aquele conhecimento lá-longe está submetido, hoje, a uma provisoriedade pessoal, dinâmica, movida por uma alteridade que se fragmenta em mil fractais, na esperança de um dia topar consigo mesma, na “enlouquecida” afirmação de Mário de Andrade: “Eu sou trezentos, sou trezentos e cinqüenta, / As sensações renascem de si mesmas sem repouso, / (...) Eu sou trezentos, sou trezentos e cinqüenta, / Mas um dia afinal eu toparei comigo ...”.

O tempo medieval-Próspero gastou o conhecimento-essência dos universais; o tempo-experiência, Ariel, gestou a descoberta da existência dos individuais; o tempo-tempo, Calibã, multiplica a estância do aqui-agora, ao dinamizar a produção de um Saber-Novo porque são, cada vez, um Outro a voz eterna da Essência, a vez não-eterna da Existência e a voz-ainda-sem-vez da Estância.

O saber-pensante amaldiçoa a “res” pensada; o saber-conhecente

quer dinamizar(-se), a gerar um pensado que valha enquanto dura, um conhecimento descartável, fast-food, alimento-em-trânsito, caro mas chic, chic mas necessário e substituível; um conhecimento-fome, que, ao satisfazer-se, gera outra fome, mais exigente, mais voraz, mais esfomeada.

A dinâmica do mundo-Hoje, em que a velo-voracidade do Tempo supera a tranqüilidade certa do Conhecimento, não se contenta, apenas, com o tempo da Essência de um saber sacramentado ou com o espaço da Existência do saber professorado. A pluriestância do aqui-agora tem a coragem de se prostituir nos braços da Certeza e tem o peito de amaldiçoar a teoria da Ciência e a ciência da Teoria.

Se, no passado, a Ciência fez estremecer a Verdade sustentada pela filosofia grega e pela teologia católica, desde ontem começam a estremecer as certezas dos pressupostos da Ciência em que pesem os exorcismos de neo-sacerdotes a proclamarem os mesmos dogmas, com cheiros de calores medievais. O Certo da teoria deixou-se engolfar pelo experto da Hipótese, no computador fora do armário.

Nosso tempo reclama um conhecimento capaz de tornar conhecente a dinâmica do (des)conhecido. O pensante e o pensado de Platão identificam-se no achamento de um Outro, sempre alteridade, pela dinâmica da Estância. O pensante-aqui-agora amaldiçoa os pressupostos teóricos do pensado, eis que se movimenta na força de prognósticos cibernéticos a surpreenderam a Vida na sua dinâmica, nos seus mistérios, na mobilidade da principiação.

Um sistema deve ser considerado como científico somente se formula asserções que podem entrar em contradição com observações; e um sistema é, efetivamente, testado por tentativas que se fazem para produzir contradições, isto é, por tentativas feitas para refutá-lo. Por conseguinte a testabilidade é a mesma coisa que refutabilidade, podendo, por isso mesmo, também ser tomada como critério de demarcação(1).

A provisoriidade do pensado e do conhecido estende-se, igualmente, à provisoriidade do estético que, hoje, substitui o conceito clássico de uma arte “sub specie aeternitatis”¹⁶ pela proclamação moderna de uma arte “sub specie momenti”.

Admitido o fato, o “lance de dados” de Mallarmé passa a desenhar “un coup de mots jamais n’abolira la différence” - um conjunto de palavras não é capaz de abolir diferentes leituras - e nisto, reside, não, a essência do texto, que é inabordável, mas a sua estância que é o que pode ser decodificado, a cada leitura e a cada leitor dispostos, ambos, a percorrer-lhes a tessitura das falas faladas e a estrutura das falas falantes.

Uma vez mais, e para terminar: a provisoriamente do estético está fora da “res aethetica” para concentrar-se no “lector aetheticus”, o que é bom, quando assume a fonte da significação “à procura do presente perdido”¹⁷, à procura do silêncio jamais desvendado.

A FRAGMENTABILIDADE DO ESPAÇO-NAÇÃO.

“Esta ilha é minha; herdei-a / de Sicorax, a minha mãe. Roubaste-ma”, explode Calibã em um dos momentos de ira contra o europeu, usurpação do espaço insular.

A presença do invasor, ao europeizar a Ilha, descaracteriza-lhe aspectos culturais e, o que é mais grave, até as marcas da Natureza comprovam a “poluição” provocada pela mentalidade-de-fora.

Naquele tempo - tempo da chegada de Próspero à ilha - Calibã mostra-lhe “as fontes frescas e as salgadas, / onde era a terra fértil, onde estéril”; naquele tempo, antes do Nacional europeu transferir-se para o regional-Ilha, Calibã comportava-se como seu “próprio soberano”; agora, com a Nação européia extravasada na Ilha, Calibã encontra-se “enchiqueirado” na dura rocha da mesma cela em que vive Próspero; agora, Calibã está proibido de percorrer os olhos pelo espaço da sua Região, porque a regionalidade do insular encontra-se aprisionada pela continentalidade do europeu. A comunicação entre Próspero e Calibã entre a Nação e a Região realiza-se através de um ato de piedade do Poder sobre o Nada Ter: “Tive piedade/ de ti; não me poupei canseiras, para / ensinar-te a falar, não se passando / uma hora em que não te dissesse o nome / disto ou daquilo”. Calibã já está fora da sua Região, já foi expulso do Paraíso por um Deus-Homem que lhe impõe o nome das coisas, ao contrário de Javé que atribui esta tarefa ao Pai-Adão:

Então o Senhor formou da terra todos os animais selvagens e todas as aves do céu, e os conduziu ao homem para ver como os chamaria; cada ser vivo teria o nome que o homem lhe desse . E o homem deu nome a todos os animais domésticos, às aves do céu e a todos os animais selvagens. (Gn 2, 19-20)

A presença da Europa na ilha-Região transforma o “selvagem”, capaz, agora, de batizar a região segundo a liturgia emigrada, mas deforma a regionalidade ao aprisioná-la no rito estranho e sem decodificação.

Transferindo a leitura para a América Latina, Angel Rama¹⁸ ao definir uma estreita relação entre regiões, culturas e literaturas define-lhes

a Nação como um projeto “del equipo intelectual propio”, segundo persuasivas razões fincadas no Passado que vão “desde una historia común a una común lengua y a similares modelos de comportamiento”. Mas esta unidade, selada pelo chicote da História (e pela Política) não é capaz de abafar “una interior diversidad que es definición más precisa del Continente” (1987:57).

Unidade e diversidade se confrontam e se defrontam, igualmente dentro, dentro do mesmo País-Nação ou da mesma Nação-países, já na linha das “ilhas culturais brasileiras”, sustentadas por Vianna Moog¹⁹ ou da transregionalidade latinoamericana defendida por Angel Rama. “Apesar da continuidade do território”, o pensador gaúcho garante que “não constituímos um continente; somos antes um arquipélago cultural. Com muitas ilhas de cultura mais ou menos autônomas e diferenciadas”. (1966:110).

Angel Rama chega a sugerir a elaboração de um novo mapa da América Latina, “más verdadero que el oficial”.

En este segundo mapa el estado Rio Grande do Sul, brasileño, muestra vínculos mayores con el Uruguay o la región pampeana argentina que con Mato Grosso o el nordeste de su propio país; la zona occidental andina de Venezuela se emparenta con la similar colombiana, mucho más que con la región central anti-llana.(1987:58)

Quase sempre, o País-Nação, a Pátria, se organiza e se delimita por um ato histórico-político, a Independência, para soldar nas mesmas malhas e nas tralhas da Lei e da Ordem, um povo, um território e um governo; sempre, uma Região intra-Nação, ou região capaz de permear fronteiras de outras nações, a Mátria, se proclama por um fato histórico-cultural, capaz de soldar nas ilhas e nas trilhas da mesma Identidade, o habitante, a geografia e a cultura.

Porque dispõe dos aparelhos ideológicos do Estado (Althusser), neles incluídas a Escola e a Universidade, a Pátria interfere na identificação das manifestações estético-literárias, não só para atribuir-lhes a “nacionalidade” - literatura brasileira, portuguesa, venezuelana, uruguaia - como, pela circulação “manu legis” dos currículos e dos programas, transforma o “best-seller” em “best-reader”; a literatura, em “eliteratura”; o valor estético, em calor patriótico. Camões e Fernando Pessoa, de um lado do Atlântico; Mário e Oswald de Andrade, do outro!

A Mátria, carregando em seu bojo a suspeita da subversão política e a “certeza” da incapacidade estética, sente transformar o “best” em

“worst”; a literatura, em “aliteratura”; o valor estético, em fedor exótico.

Em 1988, ao apresentar comunicação na IX Semana de Estudos Açorianos, em Angra do Heroísmo, recebi educadas manifestações de simpatia pela forma da apresentação do trabalho, seguidas da observação, prudente e pudenda: “nada posso acrescentar porque não conheço o autor analisado e, muito menos, o texto literário em estudo”. De fato, tratava-se de *Rocamaranha*, de Almiro Caldeira, novela da açorianidade em Santa Catarina.

Já os latinos, ao avisarem “mater certa; pater incertus” davam-se conta da marginalização da Matria que, se nos traz para dentro da vida, não nos transmite o brasão - para o nobre - e o nome - para o pobre.

Os “silêncios do texto”, estudados por Umberto Eco²⁰ transmigram para a Literatura do Silêncio, estudada por ninguém.

A CONTRACRÍTICA DA LITERATURA DO SILÊNCIO.

“Meu grande mestre, salve! Salve, grave / Senhor! Vim para em tudo obedecer-te, / ou seja para voar, nadar, no fogo / mergulhar, ou montar nas nuvens densas. Tua vontade forte é que domina / Ariel e seu poder”, assim o personagem de Shakespeare se proclama diante de Próspero. De um lado, a vontade forte do grave senhor, “the best writer”, o autor-Europa; do outro, o poder do intelectual orgânico, “the best reader”, o crítico transplantado! E estão edificadas as duas colunas da Literatura-Pátria, da eliteratura; do texto canônico, da sacralidade do literário; da literatura sapo-tanoeiro, do texto sapo-boi cujo pai foi (não foi) rei; da literatura Panteão Nacional, et pour cause, da glória universal.

Sapo cururu da beira do rio, a Literatura Matria, uma aliteratura, o texto regional permanecem à espera de que se rompa o silêncio-de-fora para que os silêncios de dentro se transformem em vozes de mil falas.

Considerar, com mais ou menos variações, que a “literatura” é um domínio reservado a uma elite não permite, de facto, definir satisfatoriamente nem o seu modo de transmissão nem a função que ela preenche. Com efeito, ainda que ela se encontre delimitada, com bastante exactidão, em determinadas categorias sociais, a “literatura” não pode por isso ser assimilada a um saber esotérico cuja posse daria ao respectivo possuidor a superioridade objectiva do iniciado sobre o profano²¹.

Literatura oral, literatura de cordel, ficção e poemas populares, literatura fora-do-Centro, literatura iletrada, marginal, contraliteratura,

literatura regional, mil outros termos a denunciarem Exclusão, encobrem o silêncio da crítica e a recusa à concessão da própria identidade; Calibã identifica tanto “a alteridade do não Europeu”, quanto a “construção de uma estética” não Próspero.

Confundir a voz do Outro com a voz do Paradigma é negar-lhe a Estância, trair-lhe a Existência, amaldiçoar-lhe a Essência.

No desejo de exprimir-se e de fazer compreender a palavra e a estética do Outro, o autor-literatura-mátria veste o silêncio do seu texto com “um certo número de categorias literárias que fazem parte das possibilidades que a tradição e as práticas em vigor lhe oferecem no próprio momento de escrever” (1988:97).

A força de uma Literatura do Silêncio não reside, assim, no valor isolado de um autor ou de uma obra, mas no conjunto de toda a produção, manifesto de uma forma de ser, de uma força de pensar e de uma fôrma de agir. E a análise destas formas-forças não pode isolar-se nos critérios e nos paradigmas já consagrados pela canonicidade da crítica aparatada e paralisante.

A Literatura do Silêncio, como a voz do Outro na voz do seu Texto, proclama, igualmente, uma cultura outra, na tessitura do pensado e na estrutura do pensante. Importa decodificar, por isso, não apenas a escritura do estético mas, e principalmente, a cultura da escrita.

A Literatura do Silêncio, mais uma vez e para concluir, não está centrada, apenas na escritura-arte de Machado de Assis ou nas tessitura malas-artes de Guimarães Rosa - dois pincares da Literatura Pátria. E vale para ela o que vale para o Machado-Brás-de Assis-Cubas: “a obra em si mesma é tudo”.

NOTAS

1. MUSSE, Ricardo. “Popper teve classificação redutora”. In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 24 de setembro de 1994, p. 2.
2. KUNDERA, Milan. *Os Testamentos Traídos. Ensaios*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1993, p. 159.
3. SHAKESPEARE, William. *A Tempestade*, Ediouro, Rio de Janeiro, s.d., p. 24.
4. “Ponte de traves espaçadas, destinada a vedar o trânsito de animais”. *Novo Dicionário Aurélio*, p. 897.
5. MOURALIS, Bernard. *As Contraliteraturas*, Livraria Almedina, Coimbra, 1982, pp. 180-182.
6. RODÓ, José Enrique. *Ariel*. Editora da Unicamp, Campinas, 1991.
7. MANNONI, O. *Psychologie de la colonization*, Paris, 1950.
8. LAMMING, George. *The pleasure of exile*, Londres, 1960.
9. WAIN, John. *El mundo vivo de Shakespeare*, Madrid, 1967.
10. CESAIRE, Aimé. *Une tempête. Adaptation de La Tempête de Shakespeare pour le théâtre nègre*. Paris, 1969.

11. RETAMAR, Roberto Fernández. *Calibã y otros ensayos*, Editorial Arte y Literatura, La Habana, 1979.
12. MARGARIDO, Alfredo. *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, A Regra do Jogo Editora, Lisboa, 1980, p. 161.
13. O ESTADO DE S. PAULO. *Cultura*, São Paulo, 18 de setembro de 1993, p. 1.
14. BATAILLIE, Georges. *Teoria da Religião*. Editora Ática, São Paulo, 1993, p. 15.
15. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*, Ed. Mestre Jou, São Paulo, 1970, p. 161.
16. CAMPOS, Haroldo de. *A arte no Horizonte do Provável*, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1969, p. 15.
17. A expressão é o título do quinto capítulo de *Os Testamentos Traídos*, de Milan Kundera.
18. RAMA, Angel. *Transculturación narrativa en América Latina*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1987.
19. MOOG, Vianna. *Uma Interpretação da Literatura Brasileira*, Ed. Delta, Rio de Janeiro, 1966.
20. ECO, Umberto. *Conceito de Texto*. Ed. Portuguesa de Livros Técnicos e Científicos, São Paulo, 1984.
21. MACHADO, Álvaro Manuel et PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Edições 70, Lisboa, 1988.